

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes. **A Diretoria**

Ativo			Passivo				
	Notas	2017	2016		Notas	2017	2016
Circulante							
Circulante		10.160.631	9.464.176	Circulante		8.828.222	8.667.878
Disponibilidades		8.044	19.790	Depósitos	11	326.196	945.625
Aplicações interfinanceiras de liquidez		2.714.526	2.257.058	Depósitos à vista		5.486	16.461
Aplicações no mercado aberto	4a	2.704.518	2.257.058	Depósitos a prazo		320.710	929.164
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4a	10.008	-	Recursos de aceites e emissão de títulos	12	266.978	410.299
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		431.137	1.050.196	Recursos de letras de crédito agrícola		204.103	327.876
Carteira própria	5a	263.470	706.778	Recursos de letras financeiras		62.875	82.423
Vinculados à prestação de garantias	5a	-	5.333	Relações interdependências		2.128	1.835
Instrumentos financeiros derivativos	5b	167.667	338.085	Recursos em trânsito de terceiros		2.128	1.835
Relações interfinanceiras		189	192	Obrigações por empréstimos		2.368.331	1.951.350
Depósitos no Banco Central		189	192	Empréstimos no exterior	13a	2.342.639	1.820.580
Operações de crédito	6	556.331	402.640	Obrigações por repasse do exterior	13b	25.692	130.770
Operações de crédito - setor privado		200.930	191.051	Instrumentos financeiros derivativos		150.386	189.597
Financiamento		-	77.593	Instrumentos financeiros derivativos	5b	150.386	189.597
Financiamento à exportação		355.401	133.996	Outras obrigações		5.714.203	5.169.172
Outros créditos		6.448.300	5.732.409	Cobrança e arrecadação de tributos e assimelhações		51	199
Carteira de câmbio	7a	6.416.712	5.662.036	Carteira de câmbio	7a	5.640.598	5.085.595
Rendas a receber		420	1.378	Sociais e estatutárias	14a	2.300	2.157
Negociação e intermediação de valores	5b	2.552	12.660	Fiscais e previdenciárias	14b	39.593	35.494
Diversos	8	28.616	56.335	Negociação e intermediação de valores		6.154	24.648
Outros valores e bens		2.104	1.891	Diversas	14c	25.507	21.079
Despesas antecipadas		2.104	1.891	Exigível a longo prazo		1.443.805	324.848
Realizável a longo prazo		920.169	324.638	Depósitos	11	843	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		47.946	129.501	Depósitos a prazo		843	-
Instrumentos financeiros derivativos	5b	47.946	129.501	Recursos de aceites e emissão de títulos	12	234.742	56.922
Operações de crédito	6	-	22.837	Recursos de letras financeiras		234.742	56.922
Operações de crédito - setor privado		-	22.837	Obrigações por empréstimos		297.666	-
Outros créditos		872.223	172.300	Obrigações por repasse do exterior	13b	297.666	-
Carteira de câmbio	7a	807.391	157.793	Instrumentos financeiros derivativos	5b	16.781	64.034
Diversos	8	64.832	14.507	Instrumentos financeiros derivativos	5b	16.781	64.034
Permanente		21.258	21.505	Outras obrigações		893.773	203.892
Investimentos		18.187	18.479	Carteira de câmbio	7a	802.490	164.888
Participações em coligadas e controladas		18.061	18.352	Fiscais e previdenciárias	14b	4.975	4.186
No país	9	18.061	18.352	Diversas	14c	86.308	34.818
Outros investimentos		126	127	Resultados de exercícios futuros		586	720
Imobilizado de uso		3.071	3.026	Patrimônio líquido		829.445	816.873
Imobilizações de uso		7.196	6.275	Capital		684.495	684.495
(-) Depreciações acumuladas		(4.125)	(3.249)	De domiciliados no exterior		684.495	684.495
Total do ativo		11.102.058	9.810.319	Reservas de lucros		144.950	132.331
				Ajustes de avaliação patrimonial	5a	-	47
				Total do passivo		11.102.058	9.810.319

	Notas	2º Semestre	
		2017	Exercício 2016
Receitas de intermediação financeira		200.378	417.549
Operações de crédito		12.323	42.235
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	4 e 5a	113.289	269.265
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5b	(37.278)	(120.154)
Resultado de operações com câmbio		112.044	226.203
Despesas de intermediação financeira		(151.390)	(324.387)
Operações de captações no mercado aberto		(36.928)	(106.991)
Operações de empréstimos, cessões e repasses		(89.298)	(170.607)
Resultado de operações com câmbio		-	(506.848)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 e 24	(25.164)	(46.789)
Resultado bruto de intermediação financeira		48.988	93.162
Outras receitas (despesas) operacionais		(31.035)	(53.086)
Receitas de prestação de serviços	16	12.726	26.541
Despesas de pessoal	20	(26.731)	(52.845)
Outras despesas administrativas	19	(18.344)	(33.019)
Despesas tributárias	21	(6.221)	(10.637)
Resultado de participações em coligadas e controladas	9	(248)	(291)
Outras receitas operacionais	17	8.530	20.580
Outras despesas operacionais	18	(747)	(3.415)
Resultado operacional		17.953	40.076
Resultado não operacional		72	72
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		18.025	40.148
Imposto de renda e contribuição social	23	(14.505)	(25.166)
Provisão para imposto de renda		(18.780)	(26.147)
Provisão para contribuição social		(15.036)	(20.943)
Ativo fiscal diferido		19.311	21.924
Participações dos empregados nos lucros		(1.062)	(2.363)
Lucro líquido do semestre/exercícios		2.458	12.619
Lucro líquido por ação - R\$		0,000266	0,001366

	Notas	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva social			
Saldos em 31 de dezembro de 2015		684.495	15.260	94.188	(28)	-	793.915
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	56.883	56.883
Constituição/Reversão de reservas		-	2.845	20.038	-	(22.883)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	5a	-	-	-	75	-	75
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(34.000)	(34.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		684.495	18.105	114.226	47	-	816.873
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	12.619	12.619
Constituição/Reversão de reservas		-	631	11.988	-	(12.619)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	5a	-	-	-	(47)	-	(47)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		684.495	18.736	126.214	-	-	829.445
Saldos em 30 de junho de 2017		684.495	18.613	123.879	21	-	827.008
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	2.458	2.458
Constituição/Reversão de reservas		-	123	2.335	-	(2.458)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	5a	-	-	-	(21)	-	(21)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		684.495	18.736	126.214	-	-	829.445

1. Contexto operacional	em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo o IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada.															
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédit Agricole. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.	As demonstrações contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.															
2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis.															
Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:	As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria em 22 de março de 2018.															
a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;	3. Sumário das principais práticas contábeis															
b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;	a) Apuração do resultado															
c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09;	As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério <i>pro rata</i> dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.															
d) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11;	As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.															
e) CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11;	b) Caixa e equivalentes de caixa															
f) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09;	Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo - com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa do Banco são representados por saldos em poder de bancos e aplicações. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:															
g) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados homologado pela resolução BACEN nº 4.424/2015; e	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2017</th> <th>31/12/2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa e saldos em bancos - moeda nacional</td> <td>572</td> <td>400</td> </tr> <tr> <td>Caixa e saldos em bancos - moeda estrangeira</td> <td>7.472</td> <td>19.390</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>2.704.518</td> <td>2.216.569</td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>2.712.562</td> <td>2.236.359</td> </tr> </tbody> </table>		31/12/2017	31/12/2016	Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	572	400	Caixa e saldos em bancos - moeda estrangeira	7.472	19.390	Aplicações financeiras	2.704.518	2.216.569	Caixa e equivalentes de caixa	2.712.562	2.236.359
	31/12/2017	31/12/2016														
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	572	400														
Caixa e saldos em bancos - moeda estrangeira	7.472	19.390														
Aplicações financeiras	2.704.518	2.216.569														
Caixa e equivalentes de caixa	2.712.562	2.236.359														
h) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução BACEN nº 4.144/12.	c) Aplicações interfinanceiras de liquidez															
Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.	São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.															
As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras do Banco estão abaixo apresentadas. O Banco pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.	d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos															
a) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada.	De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da administração, quais sejam:															
b) IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - A IFRS 15, emitida	<ul style="list-style-type: none"> • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. 															

	Notas	2º Semestre	
		2017	Exercício 2016
Lucro líquido do semestre/exercício		2.458	12.619
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 e 24	25.164	46.789
Participações nos lucros		1.062	2.363
Provisão para gratificação		5.020	5.020
Reversão de participações nos lucros e gratificações		-	(8.654)
Reversão para IR e CS diferidos	23a	(19.311)	(21.924)
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	22b	201	2.128
Reversão de provisão para contingências fiscais e trabalhistas	22b	(1.532)	(1.823)
Atualização monetária de contingências	22b	92	210
Provisão indedutível		4.171	8.517
Reversão de provisão indedutível		(971)	(2.256)
MTM Títulos disponíveis para venda	5a	(21)	(47)
Ajuste da avaliação de crédito de derivativos		633	633
Marcação a mercado de TVM e derivativos		19.704	10.153
Depreciação e amortização	19	455	877
Resultado de participações		248	291
Variação cambial		215	355
Prejuízo na alienação de valores e bens		-	8
Lucro ajustado do semestre/exercício		37.588	55.251
Variação de ativos e passivos			
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(10.008)	30.482
(Aumento) Redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)		(117.230)	603.364
Redução em relações interfinanceiras (ativos/passivos)		31	4
(Aumento) Redução em operações de créditos		132.406	(130.854)
(Aumento) Redução em outros créditos		(944.236)	(1.398.341)
(Aumento) em outros valores e bens		(1.332)	(213)
(Redução) Aumento em relações interdependências (ativos e passivos)		(4.745)	293
(Redução) Aumento em			

☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuros, operações a termo e operações de swap são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

• operações de futuros - o valor dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;

• operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço;

• operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa pro rata até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

• instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge - em conta de receita ou despesa, no resultado do período;

• instrumentos financeiros considerados como hedge - são classificados como hedge de risco de mercado ou hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos itens objeto de hedge devem ser ajustados ao valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços.

Os hedges de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de hedge. Sua valorização ou desvalorização deve ser registrada à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os hedges de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização da parcela efetiva deve ser registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do hedge, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge de fluxo de caixa e mercado.

e) Operações de crédito e provisão para crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis distintos, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes de renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

f) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

g) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)
É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, que são revisados semestralmente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por impairment.

h) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

i) Imobilizado e intangível

Correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos que são destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercício com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a..

j) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos a prazo e as captações no mercado aberto estão registrados pelos seus respectivos valores, acrescidos dos encargos contratados proporcionais ao período decorrido da contratação da operação até a data do balanço.

k) Obrigações em moedas estrangeiras

As obrigações em moedas estrangeiras estão atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

l) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre os rendimentos tributáveis, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre). A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor à alíquota de 15% até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 (nota 24a).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são calculados sobre adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa acumulados. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

m) Operações de câmbio

As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base pro rata dia) auferidas e provisão para perdas nos termos da Resolução nº 2.682, do Banco Central do Brasil.

n) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 e Carta -Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do BACEN, obedecendo aos seguintes critérios:

• Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.

• Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.

• Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

o) Demais ativos e passivos circulantes

São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço.

p) Resultado por ação

O resultado por ação é apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade de ações.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez**a) Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas**

Posição bancada	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.196.744	2.022.461	1.196.744	2.022.461
Letras do Tesouro Nacional - LTN	707.669	234.597	707.669	234.597
Notas do Tesouro Nacional - NTN	800.105	-	800.105	-
Total	2.704.518	2.257.058	2.704.518	2.257.058
Composição por prazo de vencimento:	2017		2016	
	Até 3 meses	Até 3 meses	Até 3 meses	Até 3 meses

Posição bancada	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.196.744	2.022.461	1.196.744	2.022.461
Letras do Tesouro Nacional - LTN	707.669	234.597	707.669	234.597
Notas do Tesouro Nacional - NTN	800.105	-	800.105	-
Total	2.704.518	2.257.058	2.704.518	2.257.058

As operações compromissadas encontram-se custodiadas na SELIC. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado com operações compromissadas foi de R\$ 228.771 (R\$ 295.723 em 2016).

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Não ligadas - Vinculadas ao Crédito Rural	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Total	10.008	-	10.008	-
Composição por prazo de vencimento:	2017		2016	
	De 3 a 12 meses	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 3 meses

Não ligadas - Vinculadas ao Crédito Rural	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Total	10.008	-	10.008	-

Em 31 de dezembro de 2017, o resultado com depósitos interfinanceiros de liquidez foi de R\$ 8 (R\$ 0 em 2016). O resultado com aplicações financeiras no exterior foi de R\$ 164 (R\$ 149 em 2016).

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a carteira de títulos e valores mobiliários classificadas de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação vigente estava assim composta:

a) Títulos e valores mobiliários**a.1) Composição por classificação**

Carteira própria	2017			2016		
	Custo	Mer-	Ajuste	Custo	Mer-	Ajuste
	(i)	cado	de MTM	(i)	cado	de MTM
Carteira própria	263.481	263.470	11	706.693	706.778	85
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	96.881	96.966	85
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	96.881	96.966	85
Títulos para Negociação	103.428	103.417	11	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	103.428	103.417	11	-	-	-
Cotas de Fundos de Investimentos	160.053	160.053	-	609.812	609.812	-
Cotas disponíveis para venda	160.053	160.053	-	609.812	609.812	-
Cotas de Fundos FIDC - cotas seniores	160.053	160.053	-	609.812	609.812	-
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	5.327	5.333	6
Negociação	-	-	-	5.327	5.333	6
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	5.327	5.333	6
Total	263.481	263.470	11	712.020	712.111	91

(i) Inclui rendimentos
(ii) Refere-se à 97.662 (410.659 em 2016) cotas seniores emitidas pelo Iru Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, no valor de R\$ 160.053 (R\$ 609.812 em 2016).

Em 31 de dezembro de 2017 não há ajuste de marcação a mercado acumulado registrado no patrimônio líquido (R\$ (47) em 2016) e crédito tributário sobre o ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda (R\$ (38) em 2016) (Nota 24b).

a.2) Composição por prazo de vencimento

Sem vencimento (i)	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Até 3 meses	99.973	-	99.973	-
De 3 a 12 meses	3.444	102.299	3.444	102.299
Total	263.470	102.299	263.470	102.299

(i) Refere-se a Cotas de Fundos de investimentos FIDC.

a.3) Composição por emissor

Títulos de renda fixa	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Títulos públicos				
Letras do tesouro nacional (i)	103.417	102.299	103.417	102.299
Títulos privados				
Cotas de Fundos de Investimentos FIDC (ii)	160.053	609.812	160.053	609.812
Total	263.470	712.111	263.470	712.111

(i) Títulos custodiados na Selic.

(ii) Títulos custodiados na CETIP.

Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 40.322 (R\$ 47.529 em 2016), sendo R\$ 7.935 com títulos públicos (R\$ 24.068 em 2016) e R\$ 32.387 com cotas de fundos de investimentos (R\$ 23.461 em 2016).

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

O valor das cotas de fundos de investimentos é obtido diariamente junto aos respectivos administradores dos fundos.

b) Instrumentos financeiros derivativos

Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são: *swaps*, termos e futuros. A partir da vigência da Circular nº 3.082, pode-se optar pela aplicação da contabilização particular nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteção das variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa da instituição (*hedge accounting*).

Os instrumentos derivativos são utilizados prioritariamente para compensar variações de posições comerciais assumidas, para proteção em estruturas de hedge, bem como para oferecer aos clientes a possibilidade de proteção a variações econômicas indesejadas oriundas de sua natureza operacional.

Hedge

A política de utilização de *hedge* é alinhada aos limites de exposição à riscos do Grupo Crédito Agrícola. Sempre que operações gerarem exposições que poderão resultar em flutuações relevantes no resultado contábil da instituição, o que poderia comprometer os limites operacionais. A cobertura do risco é efetuada por instrumentos financeiros derivativos, observadas as regras legais estabelecidas para a qualificação de *hedge*, de acordo com a Circular nº 3.082 do Banco Central do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge accounting*.

As operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estavam assim distribuídas:

	2017				2016			
	Valor nominal dos contratos	Custo a receber	Valor contábil a pagar	Custo a receber	Valor contábil a pagar	Custo a receber	Valor contábil a pagar	
	a	a	a	a	a	a	a	
Contratos de swap (CDI vs USD)	862.895	58.677	(8.614)	58.667	(6.951)	-	-	
(CDI vs EURIBOR 12)	253.732	-	(5.135)	-	(7.199)	-	-	
(CDI vs EURIBOR 3M)	249.390	27.111	(1.498)	23.282	(421)	-	-	
(CDI vs EURO)	6.325	-	-	-	(21)	-	-	
(CDI vs PRE)	200.000	-	(67)	-	(539)	-	-	
(CDI vs LIBUSD 6M)	12.392	-	(689)	-	(540)	-	-	
(USD vs CDI)	37.574	110	-	101	(16)	-	-	
(USD vs EURO)	5.338	-	(115)	-	(208)	-	-	
(EURIBOR 3M vs USD)	33.207	-	(2.369)	-	(2.955)	-	-	
(EURIBOR 12 vs USD)	237.116	20.501	-	19.116	-	-	-	
(EURO vs USD)	251.913	220	(2.310)	3.054	-	-	-	
(PRE vs CDI)	314.010	29.907	-	32.725	-	-	-	
(PRE vs USD)	590.000	6.185	-	14.417	-	-	-	
(PRE vs EURO)	62.350	1.065	-	1.363	-	-	-	
Total contratos de swap	3.310.092	143.776	(24.226)	152.725	(22.921)	-	-	
Contratos a termo de moeda - NDF	3.536.249	32.354	(89.986)	27.028	(102.730)	-	-	
Venda a termo de moeda - NDF	3.379.262	31.398	(41.129)	35.228	(40.975)	-	-	
Total de contratos a termo	6.915.511	63.752	(131.115)	62.256	(143.705)	-	-	
Contratos de opção	-	-	-	-	-	-	-	
Compra opção de venda - USD	31.000	103	-	14	-	-	-	
Compra opção de compra - flexíveis	19.848	590	-	618	-	-	-	
Venda opção de venda - flexíveis	19.848	-	(590)	-	(541)	-	-	
Total contratos de opção	70.696	693	(590)	632	(541)	-	-	
Total	10.296.299	208.221	(155.931)	215.613	(167.167)	-	-	
	2016				2017			
	Valor nominal dos contratos	Custo a receber	Valor contábil a pagar	Custo a receber	Valor contábil a pagar	Custo a receber	Valor contábil a pagar	
Contratos de swap (CDI vs USD)	556.500	74.464	-	71.310	-	-	-	
(CDI vs EURIBOR 3M)	334.890	73.176	-	68.865	-	-	-	
(CDI vs EURO)	85.018	18.242	-	17.968	-	-	-	
(CDI vs LIBUSD 3M)	400.950	57.079	-	62.041	-	-	-	
(USD vs CDI)	45.540	-	(968)	-	(1.098)	-	-	
(USD vs EURO)	19.587	1.009	-	547	-	-	-	
(USD vs EURO BCE)	33.207	1.151	-	671	-	-	-	



Banco Crédit Agricole Brasil S.A.

CNPJ nº 75.647.891/0001-71

☆continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	2017		2016	
	Valor nominal dos contratos	Valor contábil	Valor nominal dos contratos	Valor contábil
Contratos de futuros (i)				
Ajuste diários - posição comprada	6.217.535	(5.656)	5.275.397	(23.577)
DI1	2.716.720	96	2.915.143	4
USD	4.974	(434)	313.693	(2.632)
DDI	3.495.841	(5.318)	2.046.561	(20.949)
Ajuste diários - posição vendida	3.160.946	2.054	1.703.203	11.589
DI1	1.116.035	(272)	509.752	3
USD	1.037.885	593	-	34
DDI	1.007.026	1.733	1.193.451	11.552
Total	9.378.481	(3.602)	6.978.600	(11.988)

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros, a receber no valor de R\$ 2.552 (R\$ 11.665 em 2016) e a pagar no valor de R\$ 6.154 (R\$ 23.653 em 2016), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores.

As operações são custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:

- Futuros e termos: cotações de mercado divulgadas pelas Bolsas;
- Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

	2017					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Compensação						
Contratos de swap s/garantia	240.852	1.304.493	1.764.747	-	-	3.310.092
Contratos de termo	3.553.797	3.047.753	311.965	1.996	-	6.915.511
Contratos de opção	31.000	39.696	-	-	-	70.696
Contratos de futuros	4.577.324	3.323.358	1.408.504	69.295	-	9.378.481
Total	8.402.973	7.715.300	3.485.216	71.291	-	19.674.780

	2017					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Contratos de swap						
Diferencial a receber	8.666	99.178	44.881	-	-	152.725
Diferencial a pagar	(406)	(11.471)	(11.044)	-	-	(22.921)
Total	8.260	87.707	33.837	-	-	129.804

	2017					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Contratos de termo						
Diferencial a receber	31.751	27.440	2.788	277	-	62.256
Diferencial a pagar	(91.604)	(46.364)	(5.737)	-	-	(143.705)
Total	(59.853)	(18.924)	(2.949)	277	-	(81.449)

	2017					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Contratos de opção						
Prêmio a exercer	14	618	-	-	-	632
Prêmio lançadas	-	(541)	-	-	-	(541)
Total	14	77	-	-	-	91

	2017					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Contratos de futuros						
Diferencial a receber	627	1.879	43	3	-	2.552
Diferencial a pagar	(3.932)	(720)	(1.372)	(130)	-	(6.154)
Total	(3.305)	1.159	(1.329)	(127)	-	(3.602)
Total	(54.884)	70.019	29.559	150	-	44.844

	2016					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Compensação						
Contratos de swap s/garantia	971.643	571.862	1.703.070	-	-	3.246.575
Contratos de termo	2.343.242	3.044.375	490.857	10.666	-	5.889.140
Contratos de opção	266.018	184.683	-	-	-	450.701
Contratos de futuros	2.809.288	2.995.361	1.154.494	18.875	582	6.978.600
Total	6.390.191	6.796.281	3.348.421	29.541	582	16.565.016

	2016					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Contratos de swap						
Diferencial a receber	74.180	37.219	120.214	-	-	231.613
Diferencial a pagar	(1.097)	(5.156)	(25.344)	-	-	(31.597)
Total	73.083	32.063	94.870	-	-	200.016

	2016					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Contratos de termo						
Diferencial a receber	142.235	83.724	8.579	708	-	235.246
Diferencial a pagar	(72.216)	(109.532)	(37.995)	(695)	-	(220.438)
Total	70.019	(25.808)	(29.416)	13	-	14.808

	2016					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Contratos de opção						
Prêmio a exercer	481	246	-	-	-	727
Prêmio lançadas	(741)	(855)	-	-	-	(1.596)
Total	(260)	(609)	-	-	-	869

	2016					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Contratos de futuros						
Diferencial a receber	1.848	8.118	1.623	76	-	11.665
Diferencial a pagar	(16.127)	(2.028)	(5.448)	(50)	-	(23.653)
Total	(14.279)	6.090	(3.825)	26	-	(11.988)
Total	128.563	11.736	61.629	39	-	201.967

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos foi de:

	2017	2016
Futuros	(70.179)	(387.491)
Swap	135.671	429.349
Termo	(184.534)	36.450
Opções	(1.112)	(1.148)
Total	(120.154)	77.160

6. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as operações de crédito estão compostas como segue:

	2017	2016
Empréstimos	200.931	213.888
Financiamentos	-	77.593
Financiamentos à exportação	355.401	133.996
Rendas a receber sobre adiantamentos concedidos (Nota 7)	10.654	11.332
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 7)	692.888	763.714
Total	1.259.874	1.200.523

	2017	2016
Circulante	962.208	1.177.686
Realizável a longo prazo	297.666	22.837

a) Por setor de atividade

	2017	2016
Setor privado		
Rural	-	14.296
Indústria	409.854	405.906
Comércio	752.917	312.501
Serviços	94.173	466.743
Pessoas físicas	2.930	1.077
Total	1.259.874	1.200.523

b) Por faixa de vencimento

	2017	2016
Até 3 meses	476.930	365.215
De 3 meses a 1 ano	485.278	812.471
De 1 ano a 3 anos	297.666	22.837
Total	1.259.874	1.200.523

c) Concentração dos principais devedores

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores (i)	930.871	73,89%	805.919	67,13%
50 seguintes maiores devedores	329.003	26,11%	394.604	32,87%
Total	1.259.874	100,00%	1.200.523	100,00%

(i) O valor total referente ao principal devedor está mitigado de acordo com as disposições da Resolução 2.921 do BACEN pelo valor de R\$ 212.683 (R\$ 78.799 em 2016), não comprometendo assim o percentual de exposição 25% do PR.

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível	2017			
	A vencer	Total	Nível de provisão %	Valor da provisão
AA	1.259.874	1.259.874	-	-
Total	1.259.874	1.259.874	-	-

Nível	2016			
	A vencer	Total	Nível de provisão %	Valor da provisão
AA	1.200.523	1.200.523	-	-
Total	1.200.523	1.200.523	-	-

e) Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	2017			2016		
	Operação de crédito	Outros créditos	Total	Operação de crédito	Outros créditos	Total
Saldo no início do exercício	-	-	-	(17.034)	(1.400)	(18.434)
Constituições	-	-	-	(24.075)	(8.189)	(32.264)
Reversões	-	-	-	41.109	9.589	50.698
Saldo no final do exercício	-	-	-	-	-	-

7. Carteira de câmbio

a) Carteira de câmbio

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as operações de câmbio estão compostas como segue:

	2017	2016
Ativo		
Direitos sobre vendas de câmbio	2.451.761	2.091.831
Câmbio comprado a liquidar	4.763.395	3.716.685
(-) Adiantamento em moeda estrangeira	(1.439)	-
(-) Adiantamento em moeda nacional	(268)	(19)
Rendas a receber sobre adiantamentos de contratos de câmbio (Nota 6)	10.654	11.332
Total	7.224.103	5.819.829
Circulante	6.416.712	5.662.036
Realizável a longo prazo	807.391	157.793
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	2.498.080	2.067.128
Obrigações por compras de câmbio	4.637.896	3.947.069
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 6)	(692.888)	(763.714)
Total	6.443.088	5.250.483
Circulante	5.640.598	5.085.595
Realizável a longo prazo	802.490	164.888

b) Operações vinculadas

O Banco possui operações vinculadas que foram realizadas de acordo com as regras preestabelecidas pela Resolução 2.921/02, não havendo nenhuma operação inadimplente ou com algum questionamento judicial sobre tais operações.

Os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão representados da seguinte forma:

	2017	2016	Passivo	2017	2016
Câmbio comprado a liquidar	234.727	133.052	Obrigações por compras de câmbio	234.008	132.424

8. Outros créditos - diversos

	2017	2016
Circulante	28.616	56.335
Impostos e contribuições a compensar (ii)	6.182	5.579
Créditos tributários (Nota 23b)	15.891	46.518
Adiantamentos e antecipações salariais	1.231	1.246
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 10a)	4.920	2.838
Outros	392	154
Realizável a longo prazo	64.832	14.507
Impostos e contribuições a compensar (nota 22a) (ii)	7.674	7.453
Créditos tributários (Nota 23b)	47.949	-
Devedores por depósito em garantia (i)	9.209	7.054
Total	93.448	70.842

(i) Os devedores por depósitos em garantia correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais referentes à defesa de processos judiciais envolvendo o Banco (nota 22b).

(ii) Composto substancialmente referente ao PIS recolhido a maior no exercício de 1995, cuja decisão foi favorável ao Banco no Supremo Tribunal de Justiça no montante de R\$ 2.926 (R\$ 2.817 em 2016), e compensação de créditos decorrentes do recolhimento indevido da alíquota excedente de 0,5% do Finsocial, no período de setembro 1989 a março 1993, com os valores devidos a títulos de CSLL no montante de R\$ 4.748 (R\$ 4.496 em 2016) aguardando compensação.

9. Investimentos em controladas e coligadas

	2017		
	CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. DTVM (i)	Crédit Agricole Corporate Finance Brasil Consultoria Financeira Ltda. (ii)	Total
Capital social em 31 de dezembro de 2017	262.671	23.750	286.421
Ações/quotas possuídas (quantidades)	5	1.899.981	1.904.986
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 (Prejuízo) líquido	28.607	18.061	46.668
Exercício de 2017	(18.664)	(291)	(18.955)
Participação em 31 de dezembro de 2017	0,000002%	99,999%	-

☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração total do pessoal chave da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 8.426 (R\$ 10.380 em 2016), a qual é considerada benefício de curto prazo.

11. Depósitos

	À vista e outros		A prazo	
	2017	2016	2017	2016
Sem vencimento	5.486	16.461	-	-
Até 3 meses	-	-	113.478	547.066
De 3 a 12 meses	-	-	207.232	382.098
De 1 a 3 anos	-	-	843	-
Total	5.486	16.461	321.553	929.164

O resultado com depósitos a prazo foi de R\$ 46.301 (R\$ 68.888 em 2016).

12. Recursos de aceites e emissão de títulos

	Letras de Crédito Agrícola		Letras financeiras	
	2017	2016	2017	2016
Até 3 meses	132.401	66.806	9.300	65.263
De 3 a 12 meses	71.702	261.070	53.575	17.160
De 1 a 3 anos	-	-	234.742	56.922
Total	204.103	327.876	297.617	139.345

O resultado com recursos de aceites e emissão de títulos foi de R\$ 58.842 (R\$ 106.294 em 2016), sendo R\$ 35.743 com Letras de Crédito Agrícola (R\$ 71.189 em 2016) e R\$23.099 com Letras Financeiras (R\$ 35.105 em 2016).

13. Obrigações por empréstimos e repasses

a) Empréstimos no Exterior

	2017	2016
Até 3 meses	884.568	943.732
De 3 a 12 meses	1.458.071	876.848
Total	2.342.639	1.820.580

São representadas por recursos captados com Crédito Agrícola CIB - New York (nota 10a), para aplicação em financiamento à exportação no montante de R\$ 1.707.076 (R\$ 1.305.085 em 2016) e com empréstimos em moeda estrangeira com empresas do grupo no montante de R\$ 627.036 (R\$ 505.094 em 2016), incorrendo em variação cambial, acrescidas de juros de R\$ 9.113 (R\$ 10.253 em 2016) e R\$ (586) (R\$ 148 em 2016), respectivamente.

O resultado de obrigações por empréstimos no exterior foi de R\$ 163.816 (R\$ 398.730 em 2016).

b) Obrigações por Repasse do Exterior

	2017	2016
De 3 a 12 meses	25.692	130.770
De 1 a 3 anos	297.666	-
Total	323.358	130.770

São representadas por recursos captados com Crédito Agrícola CIB - New York (nota 10a) para repasse a mutuários, no montante de R\$ 322.722 (R\$ 130.340 em 2016), incorrendo em variação cambial, acrescidas de juros de R\$ 636 (R\$ 430 em 2016).

O resultado de obrigações por repasse no exterior foi de R\$ 6.791 (R\$ 2.610 em 2016).

14. Outras obrigações

a) Sociais e estatutárias

Em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 2.300 (R\$ 2.157 em 2016) refere-se a provisão do programa para participação dos resultados esperado de acordo com a convenção coletiva da categoria para o ano de 2017.

b) Fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Circulante	39.593	35.494
Impostos e contribuições a recolher	3.575	8.389
Impostos e contribuições sobre os lucros	35.552	17.024
Impostos e contribuições diferidos (Nota 23b)	466	10.081
Exigível a longo prazo	4.975	4.186
Provisão para riscos fiscais (Nota 22b)	-	4.186
Impostos e contribuições diferidos (Nota 23b)	4.975	-
Total	44.568	39.680

c) Diversas

	2017	2016
Circulante	25.507	21.079
Valores a pagar - ligadas (Nota 10a)	6.460	2.962
Despesas com pessoal	15.074	16.326
Despesas administrativas	920	996
Outros valores a pagar	1.153	795
Cheques administrativos	1.900	-
Exigível a longo prazo	86.308	34.818
Provisão para passivos contingentes (Nota 22b)	4.701	34.818
Provisão para garantias prestadas	81.607	-
Total	111.815	55.897

15. Capital social e dividendos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital social de R\$ 684.495 está representado por 9.238.140.142 ações sem valor nominal, sendo 8.667.807.956 ações ordinárias e 570.332.186 ações preferenciais, sem direito de voto.

A destinação dos lucros, feito ao final de cada exercício, é de no mínimo 10% para dividendos e/ou remuneração de juros sobre capital próprio limitado à variação da TJLP ou 50% do lucro disponível, o que for menor. Por opção da Administração, conforme prevê o estatuto social, nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 não foi feita a destinação dos lucros para distribuição.

a) Reserva legal

Constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

b) Reserva estatutária

Destinada a futuro aumento do capital social e constituída do resultado do período após a destinação da reserva legal e dividendos ou juros sobre o capital próprio, quando distribuídos.

c) Ajuste a valor de mercado TVM

Em 31 de dezembro de 2017, não há valor relativo ao ajuste a mercado de títulos classificados com disponíveis para venda (R\$ 47 em 2016), líquido dos efeitos tributários.

16. Receita de prestação de serviços

	2017	2016
Prestação de serviços - ligadas (Nota 10a)	8.661	3.943
Serviços de custódia	-	1
Rendas de garantias prestadas	12.980	11.271
Comissão de estruturação FIDC	270	1.970
Comissão de estruturação	1.524	3.641
Comissão de distribuição	500	800
Comissão Up Front	-	645
Comissão de fiança	-	208
Serviços de consultoria	2.439	4.598
Manutenção de contas correntes	151	173
Rendas de outros serviços	16	20
Total	26.541	27.270

17. Outras receitas operacionais

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	5	225
Variações monetárias (i)	1.157	1.210
Variações monetárias ligadas (Nota 10a)	591	527
Reversão de provisão	5.523	2.895
Comissão de Waiver	-	378
Rendas de compromisso de aquisição de quotas (ii)	13.286	9.217
Multa sobre operação de SWAP	3	-
Outras rendas operacionais	15	-
Total	20.580	14.452

(i) Representada substancialmente por atualizações selic de depósitos judiciais e impostos a compensar. (ii) Receitas de remuneração por limites não canceláveis e parcelas sacadas para aquisição de recebíveis por Fidc.

18. Outras despesas operacionais

	2017	2016
Variações monetárias ligadas (Nota 10a)	(946)	(429)
Juros/multas sobre impostos	-	(314)
Erro operacional	(21)	(73)
Provisão Indedutível para contingências fiscais	(167)	(48)
Provisão para contingências fiscais	(197)	-
Atualização monetária de contingências fiscais	(210)	(239)
Provisão para contingências trabalhista	(1.760)	-
Outras despesas operacionais	(114)	(1.792)
Total	(3.415)	(2.895)

19. Outras despesas administrativas

	2017	2016
Prestação de serviços - ligadas (Nota 10a)	(6.554)	(6.627)
Reembolso por despesas administrativas - ligadas (Nota 10a)	613	-
Serviços técnicos	(4.209)	(4.804)
Processamento de dados	(3.807)	(4.127)
Aluguéis	(1.341)	(1.096)
Serviços do sistema financeiro	(5.381)	(5.227)
Serviços do sistema financeiro ligadas (Nota 10a)	(2.725)	(10.841)
Viagens	(1.631)	(1.714)
Comunicação	(671)	(889)
Depreciação e amortização (i)	(653)	(604)
Manutenção	(721)	(267)
Transportes	(161)	(180)
Material	(64)	(96)
Água, energia e gás	(312)	(346)
Publicações	(277)	(260)
Seguro	(95)	(71)
Serviços de terceiros	(30)	(50)
Reversão de rendas de serviços prestados - ligadas (nota 10a)	(3.375)	-
Outras despesas administrativas	(1.625)	(1.387)
Total	(33.019)	(38.586)

(i) Sendo R\$ 877 (R\$ 811 em 2016) de despesas com depreciação e amortização, e R\$ (224) (R\$ (207) em 2016) de compartilhamento de custos de depreciação e amortização com a CA Indosuez Wealth conforme contrato de rateio.

20. Despesas de pessoal

	2017	2016
Proventos	(28.479)	(28.136)
Encargos	(12.486)	(13.538)
Honorários	(5.223)	(5.692)
Benefícios	(5.657)	(5.641)
Outras	(1.000)	(883)
Total	(52.845)	(53.890)

21. Despesas tributárias

	2017	2016
COFINS	(8.410)	(9.077)
PIS	(1.366)	(1.475)
ISS	(279)	(1.205)
Despesa atualização de impostos	(309)	-
Outras despesas tributárias	(273)	(319)
Total	(10.637)	(12.076)

22. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Não há ativos contingentes registrados em 31 de dezembro de 2017 e não existiam em 2016.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais e previdenciários e são compostos por obrigações legais e passivos contingentes. Em 31 de dezembro de 2017, o Banco mantém o montante de R\$ 4.701 (R\$ 4.186 em 2016) registrado como provisão para contingência; montante este que julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas, sendo R\$ 3.409 (R\$ 2.989 em 2016) (nota 14 b) referente à discussão da constitucionalidade sobre o percentual utilizado para cálculo do

Descrição	Saldo 12/2016	Variação da Alíquota de 20% para 15% após 2019	Constituições	Realizações	Saldo 12/2017
Imposto de Renda - diferenças temporárias	-	-	-	-	-
Marcação a mercado TVM e derivativos	3.043	-	1.235	(749)	3.529
Participações no lucro	539	-	575	(539)	575
Gratificação	2.973	-	2.616	(2.973)	2.616
14º Salário	241	-	250	(241)	250
Provisão para contingências	1.009	-	166	-	1.175
Provisão para garantias prestadas	8.704	-	11.697	-	20.401
Operação de Crédito baixado como prejuízo	8.341	-	-	-	8.341
Outras adições e exclusões	994	-	1.787	(871)	1.910
Total	25.844	-	18.326	(5.373)	38.797

Descrição	Saldo 12/2016	Variação da Alíquota de 20% para 15% após 2019	Constituições	Realizações	Saldo 12/2017
Contribuição social - diferenças temporárias	-	-	-	-	-
Marcação a mercado TVM e derivativos	2.434	16	988	(599)	2.839
Participações no lucro	431	-	460	(431)	460
Gratificação	2.378	(26)	2.093	(2.378)	2.067
14º Salário	193	-	200	(193)	200
Provisão para contingências	807	(235)	133	-	705
Provisão para garantias prestadas	6.964	(4.081)	9.358	-	12.241
Operação de Crédito baixado como prejuízo	6.673	(1.668)	-	-	5.005
Outras adições e exclusões	794	-	1.429	(697)	1.526
Total	20.674	(5.994)	14.661	(4.298)	25.043

As obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	Saldo 12/2016	Variação da Alíquota de 20% para 15% após 2019	Constituições	Realizações	Saldo 12/2017
Imposto de Renda - obrigações diferidas	-	-	-	-	-
Marcação a mercado TVM e derivativos	(5.580)	-	4.909	(2.697)	(3.368)
Marcação a mercado - Disponível para venda (nota 5ª.1)	(21)	-	-	21	-
Total	(5.601)	-	4.909	(2.676)	(3.368)

Descrição	Saldo 12/2016	Variação da Alíquota de 20% para 15% após 2019	Constituições	Realizações	Saldo 12/2017
Contribuição social - obrigações diferidas	-	-	-	-	-
Marcação a mercado TVM e derivativos	(4.463)	622	3.927	(2.159)	(2.073)
Marcação a mercado - Disponível para venda (nota 5a.1)	(17)	-	-	17	-
Total	(4.480)	622	3.927	(2.142)	(2.073)

A realização dos créditos tributários e obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social está estimada da seguinte forma:

	2017						2016					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Imposto de renda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças temporárias	8.569	(2.181)	7.355	20.496	133	1.056	35.428	16.471	(1.105)	38	(6)	813
Total	8.569	(2.181)	7.355	20.496	133	1.056	35.428	16.471	(1.105)	38	(6)	813
Valor presente	8.012	(1.863)	5.728	14.260	82	588	26.807	14.744	(893)	27	(4)	14.345
Contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças temporárias	6.855	(1.308)	4.413	12.298	80	634	22.971	16.471	(1.105)	38	(6)	813
Total	6.855	(1.308)	4.413	12.298	80	634	22.971	16.471	(1.105)	38	(6)	813
Valor presente	6.409	(1.118)	3.437	8.556	49	353	17.686	14.744	(893)	27	(4)	14.345
Diferenças temporárias	15.425	(3.489)	11.767									

—☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

As obrigações fiscais diferidas terão sua realização com base nos resultados futuros de marcação a mercado pelo vencimento dos instrumentos financeiros derivativos. A administração acredita que as obrigações fiscais diferidas registradas em 31 de dezembro de 2017 tenham sua realização futura até o ano de 2023.

24. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros, em 31 de dezembro de 2017, montam a R\$ 470.037 (R\$ 474.447 em 2016), e a provisão para devedores duvidosos sobre garantias prestadas é de R\$ 81.607 (R\$ 34.818 em 2016) (Nota 14d), conforme abaixo:

2017			
Nível	Total	Nível de provisão %	Valor da provisão
AA	350.506	-	-
F	10.322	50%	5.161
G	109.209	70%	76.446
Total	470.037		81.607

2016			
Nível	Total	Nível de provisão %	Valor da provisão
AA	358.388	-	-
E	116.059	30%	34.818
Total	474.447		34.818

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada abaixo:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	34.818	14.977
Constituições	46.789	35.048
Reversões	-	(15.207)
Saldo no final do exercício	81.607	34.818

25. Gerenciamento de capital e limites operacionais

O gerenciamento de capital compreende:

- a) Monitoramento e controle de capital mantido pela instituição face aos limites mínimos de capital;
 b) Plano de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, considerando os objetivos estratégicos nos próximos três anos; e
 c) Testes de estresse e avaliação dos seus impactos sobre o capital.

A estrutura de gerenciamento de capital auxilia a administração quanto à gestão da instituição por meio de informações tempestivas e suficientes, fornecendo prospectivamente uma visão do capital necessário para suportar possíveis alterações dos cenários de mercado, utilizando simulações que levam em conta tais mudanças assim como os objetivos estratégicos traçados pela instituição. As políticas e estratégias para o gerenciamento de capital são revisadas no mínimo anualmente pela administração.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento de capital encontra-se disponível no site www.ca-cib.com.br.

A partir de outubro de 2013 o índice da Basileia passou a ser apurado com base na Resolução 4.192/13, até setembro de 2013 os valores foram apurados conforme Resolução 3.444/07. O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2017, é de 15,61% (15,59% em 2016) e o quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE:

	2017	2016
RWA para risco de crédito	334.525	429.450
RWA para exposição cambial	27.617	1.796
RWA para risco de taxas de juros	98.904	56.748
RWA para risco operacional	30.169	29.151
Patrimônio de referência para o RWA	491.215	517.145
Patrimônio de referência	828.967	816.311
Margem de patrimônio	337.752	299.166

A gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), de acordo com a Circular 3.678/13, estão disponíveis no site www.ca-cib.com.br.

26. Gerenciamento de riscos
Risco de crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultante do cliente não ter capacidade para cumprir os compromissos financeiros assumidos com o Banco, incluindo:

- a liquidação de empréstimos concedidos;

- a liquidação de eventuais desembolsos concedidas pelo Banco a terceiros para honrar avais, fianças e garantias em nome do cliente;
- a liquidação de obrigações de instrumentos financeiros derivativos.

O Banco possui políticas de avaliação e gerenciamento contínuo de risco de crédito, em conformidade com as normas instruídas pelo grupo Crédit Agricole e com a regulamentação vigente do Banco Central do Brasil, com foco em manter a qualidade da carteira de crédito do Banco em nível compatível com o apetite de risco considerado aceitável pela alta administração.

O Banco possui Área de Risco de Crédito independente e segregada da área de Gerenciamento de Clientes, e com estrutura compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos oferecidos aos clientes, a qual contempla:

- Processo decisório fundamentado através de Comitês de Crédito, baseando-se em opinião independente da área de Risco de Crédito;
- Modelos, ferramentas e sistemas próprios de Identificação, Mensuração, Avaliação e Classificação dos riscos de crédito por qualidade da contraparte ("rating");
- Ferramentas e sistemas próprios de liberação e controle de limites de crédito;
- Gerenciamento Contínuo do Risco de Crédito, através de monitoramento permanente de clientes e de relatórios periódicos da performance da carteira do Banco - incluindo testes de estresse - apresentados para a alta administração.

As políticas observam riscos relativos à concentração (grupos econômicos, setores econômicos, etc), prazos, moedas e índices de dimensionamento de limites de crédito compatível com a capacidade financeira dos clientes e exigência de garantias, de forma a não comprometer a qualidade esperada da carteira.

A política com a descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito encontra-se disponível no site www.ca-cib.com.br.

Risco de mercado

As perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices são monitoradas diariamente em relação aos limites operacionais atribuídos para a sensibilidade aos fatores de risco, Valor em Risco (VaR) e testes de estresse. Adicionalmente, são realizadas simulações e projeções de fluxos futuros para avaliação da mudança relativa à exposição ao risco.

A metodologia adotada para o cálculo do Valor em Risco utiliza simulação histórica, considerando 261 dias de dados de retornos dos fatores de risco e grau de confiança de 99%, com um dia de *holding period*. O teste de estresse é efetuado levando-se em consideração as variações severas de mercado. O teste de aderência (*back-testing*) do modelo de Valor em Risco é efetuado através da comparação aos resultados efetivamente auferidos.

Os limites aprovados pelo Comitê de Risco de Mercado são revisados, no mínimo, anualmente.

A política com a descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.ca-cib.com.br.

Fatores de risco de mercado

Os principais fatores de risco de mercado presentes no balanço são: taxa de juros pré-fixada, taxa de juros vinculada aos índices SELIC, DI, exposição à variação cambial de moedas, libor, euribor e cupom cambial.

O cálculo do valor de mercado segue critérios estritos de independência da área de Market Risk com relação à coleta de preços referenciais de mercado e construção da estrutura a termo das diversas taxas de juros. De modo genérico, o valor de mercado é a melhor estimativa do valor presente de um fluxo de caixa.

Uma vez possuindo os fluxos de caixa de toda a Instituição e os vários preços/estruturas de taxa de juros, efetua-se o cálculo do valor de mercado.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Banco, especialmente no curto prazo. São efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de renovação de carteiras.

Em paralelo, são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último são também efetuadas análises de cenário de estresse voltado especificamente para liquidez.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do risco de liquidez encontra-se disponível no site www.ca-cib.com.br.

Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha humana, inadequação ou deficiência de processos internos, sistemas, ou ainda, decorrentes de eventos externos, incluindo a perda associada à lacunas em contratos, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O CRÉDIT AGRICOLE implementou em sua Matriz e em toda a sua rede internacional um componente organizacional dedicado à avaliação, consolidação, mitigação e reporte dos riscos operacionais, que são identificados principalmente através do exercício anual de mapeamento de risco que conta com a participação de todas as áreas da instituição.

Através de reuniões regulares, a alta administração do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. e das outras entidades legais integrantes do Conglomerado Prudencial CRÉDIT AGRICOLE BRASIL discutem as conclusões do mapeamento de risco, os resultados dos indicadores de risco e de performance, perdas operacionais, incidentes e anomalias significativas do período, além de monitorar a implementação dos planos de ações existentes ou aprovar novas medidas corretivas a serem adotadas.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do Risco Operacional e das metodologias utilizadas encontra-se disponível no site www.ca-cib.com.br.

Risco socioambiental

Nosso comprometimento com a responsabilidade socioambiental estabelece uma estrutura para identificação, classificação e mitigação de riscos para que todos os colaboradores do Banco atuem de acordo com as melhores práticas definidas pela Matriz do Grupo Credit Agricole e com a regulamentação nacional vigente.

A Política de Responsabilidade Socioambiental estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável como base para o gerenciamento de risco reputacional do Banco, relacionado diretamente aos impactos sociais e ambientais que possam resultar de empréstimos e financiamentos concedidos pelo Banco a seus clientes. Cada operação é analisada sob a ótica socioambiental pela área de negócios, pela área de Risco de Crédito, pela área de Compliance, pela área de Desenvolvimento Sustentável na Matriz do Credit Agricole, e pelo Comitê de Avaliação de Operações que apresentem Risco Socioambiental.

O Risco Socioambiental é monitorado regularmente como parte do processo de revisão anual dos clientes, direcionando as particularidades de clientes que não estão em conformidade com suas políticas socioambientais (informações retiradas através de relatórios quando existentes).

27. Outros assuntos

Em 23 de fevereiro de 2017 o Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil (BC), tornou público a Resolução Nº 4.557. A Resolução dispõe sobre os requerimentos adicionais a serem aplicados à estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital, das Instituições autorizadas a funcionar pelo BC. A nova regulamentação segmenta as instituições em cinco níveis (S1 a S5) que são classificadas conforme o seu porte e grau de importância sistêmica para o mercado financeiro brasileiro. O Conglomerado Prudencial Credit Agricole é classificado como S3.

O revigoramento das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital deverão ser implementados, pelo Credit Agricole, até o final de fevereiro de 2018, prazo permitido para as instituições enquadradas no S2, S3, S4 e S5.

28. Eventos subsequentes

Em 20 de março de 2018, o Banco Credit Agricole honrou fiança que garantia contrato de financiamento de cliente, no valor de R\$ 109.747. Em 31 de dezembro de 2017 a provisão para perda para tal fiança perfazia o montante de R\$ 75.464 (R\$ 31.721 em 2016).

O Banco Credit Agricole, em conjunto com o sindicato de credores, está negociando as condições para a recuperação do desembolso financeiro.

A Diretoria

Synthesis

José Luiz Gonzaga - CRC 1SP 132371/O-5

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria do Conglomerado Crédit Agricole, instituído por dispositivo estatutário, em conformidade com a Resolução 3.198 de 27 de Maio de 2004 do Conselho Monetário Nacional, tem na designação de suas atividades, a supervisão e avaliação do desempenho da auditoria interna e controles internos, do desempenho e independência dos Auditores Independentes, além da análise e aprovação das demonstrações financeiras do Conglomerado, incluindo-se notas explicativas. O Comitê de Auditoria pode verificar que os trabalhos

desenvolvidos pelas auditorias Interna e Independente, possuem transparência e qualidade, constatarem a exatidão de todos os elementos apreciados e que as demonstrações financeiras relativas aos anos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 refletem, adequadamente, a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no período, onde não foram identificados descumprimentos das práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Comitê reuniu-se 4 vezes em 2017 para aprovação das Demonstrações Financeiras desta entidade e Conglomerado para Dezembro 2016 e Junho 2017, aprovação do regulamento de Auditoria Interna e ciência dos principais assuntos de Contabilidade e Auditoria pelo Auditor Independente. O Comitê também avaliou o relatório de Ouvidoria. Foram nomeados o Sr. Gilles Gantois e a Sra. Giliane Coeurderoy como membros do Comitê e apresentou renúncia o Sr. Luc Daboudet.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos. Srs.
 Administradores e acionistas do
Banco Crédit Agricole Brasil S.A.
 São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

deteção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S.
 2SP034519/O-6

São Paulo, 30 de março de 2018

Emerson Morelli
 Contador CRC- 1SP249401/O-4